

## **Políticas Públicas: Contextualizando a Casa de Economia Solidária de Sant'Ana do Livramento.**

Victor Vinicius Silveira Esteve

Gleicy Denise Vasques Moreira Santos

**RESUMO:** Através da Secretaria de Economia Solidária e Apoio a Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), foi inaugurada a 1ª Casa de Economia Solidária do Rio Grande do Sul, em Sant'Ana do Livramento. O local tem como finalidade abrigar e desenvolver as políticas públicas estaduais ligadas à economia solidária. Portanto, a pesquisa tem como objetivos analisar o contexto de criação da Casa de Economia Solidária e seu potencial de desenvolvimento socioeconômico para o município de Sant'Ana do Livramento. Como método, foi adotada a pesquisa empírica, por meio do levantamento de campo, com a aplicação de questionários direcionados as trabalhadoras do local e outro voltado para a coordenadoria da Casa que buscavam identificar o perfil socioeconômico das pessoas que lá trabalham, o potencial de contribuição da Casa para a vida dessas e de que forma o local opera. Após a análise dos dados levantados, constatou-se que as políticas públicas de economia solidária são eficazes, pois, de fato, geram emprego e renda para suas trabalhadoras. No entanto, os rendimentos são baixos, não permitindo a afirmação de que possa existir uma autonomia econômica com ganhos obtidos através da economia solidária, que por sua vez ainda precisa superar desafios para ser considerada uma potencializadora do desenvolvimento socioeconômico do município.

**Palavras Chave:** políticas públicas; economia solidária; Sant'Ana do Livramento.

**ABSTRACT:** Thanks to the Department of Solidarity Economic and Support to Micro and Small Enterprises ( SESAMPE ), it was inaugurated the First House of Solidarity Economy of Rio Grande do Sul, in Sant'Ana do Livramento. The place aims to host and develop the state's public policies linked to the solidarity economy. Therefore, the research aims to analyze the context of the creation of the House of Solidarity Economy and its economic and social potential in development for the city of Sant'Ana do Livramento. The adopted methodology is the empirical research, through field survey with questionnaires targeted to the workers of the place and another one aimed at the coordination office of the House seeking to identify the socio-economic profile of the people that work there, the potential contribution of House to the life of these people and how the place works. After analyzing the collected data, it was found that solidarity economy public policies are effective, because, in fact, it generates employment and income for their workers. However, the income is low, not allowing the affirmation to be able to live on the earnings from the solidarity economy, which must still overcome challenges to be considered a maximizing of socio-economic development of the municipality.

**Keywords :** public policies; solidarity economy; Sant'Ana do Livramento.

## 1. Introdução

O Rio Grande do Sul é um Estado que desde sua colonização até os dias de hoje, sempre foi marcado por diferenças culturais, sociais e principalmente, diferenças econômicas existentes em seu território. A diferenciação ocorrida entre duas regiões do estado, a norte e a sul, ao longo dos séculos, foi preponderante para o entendimento das atuais desigualdades existente entre elas.

No contexto das desigualdades regionais, a Metade Sul do Rio Grande do Sul apresenta uma situação ímpar no Estado, onde as estruturas produtivas são totalmente diferentes da Metade Norte do Estado. No decorrer da evolução histórica, o desenvolvimento da Metade Sul delinea-se, numa região onde predomina a pecuária e posteriormente a lavoura de arroz, o que denota esta área como predominantemente agrária. Já o processo histórico de desenvolvimento, da Metade Norte revela uma sociedade caracterizada por pequenas e médias propriedades que foram a base para a presença de indústrias e conseqüentemente das grandes concentrações urbanas (ALVES, ILHA e SARAIVA, 2002, p. 2).

Até meados do século XIX, a Metade Sul do Rio Grande do Sul apresentava uma economia fortalecida pela produção do charque, que era exportado para outros estados do Brasil e a Metade Norte encontrava-se estagnada economicamente. Tal situação inverte-se com a crise do charque, logo no início do século XX, e a Metade Sul começa a enfrentar o que seria apenas o início de seu empobrecimento, que perdurou pela falta de diversidade econômica. Enquanto isso, na Metade Norte do Estado, com a chegada de imigrantes alemães e italianos, inicia-se um processo de diversificação econômica, que abrangeu desde a agropecuária até a instalação de pequenas agroindústrias familiares que anos depois, dariam origem as primeiras indústrias como hoje as conhecemos.

Tais acontecimentos que marcaram social e economicamente o Rio Grande do Sul muitos anos atrás foram determinantes para a atual situação em que se encontram as Metades Sul e Norte do Estado. Devido a esta estagnação econômica e a baixa diversidade de atividades comerciais e industriais, o desemprego torna-se um problema para os habitantes da Metade Sul. Hoje, a Metade Norte atrai a mão de obra ociosa residente na Metade Sul, que, até então, continua tendo um perfil econômico predominantemente agropecuário.

Para Bandeira (1994, apud SCHNEIDER E FIALHO, 2000), as grandes explorações pecuárias da Metade Sul necessitavam de um contingente muito menor de mão de obra por unidade de área do que as pequenas unidades voltadas para a agropecuária colonial da Metade Norte. Pode-se dizer, também, que as inovações do setor agropecuário como, por exemplo, o cercamento dos grandes campos e a subdivisão de áreas de pastoreio, contribuíram para diminuir ainda mais a capacidade de empregabilidade do setor agropecuário, que era o motor principal da economia da Metade Sul.

Sendo o desemprego um fator preponderante para o baixo nível de desenvolvimento social e econômico, local ou regional, ele tornou-se há algumas décadas, questão de extrema relevância da agenda governamental. O Estado intervém para minimizar a situação das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social devido à falta de empregos, através de suas variadas políticas públicas.

Para Secchi (2012), o sentido da palavra política é expresso pelo termo *policy* em inglês. Neste sentido, a política possui uma conotação mais concreta e voltada para decisões e ações. Políticas públicas tratam do conteúdo de decisões políticas e do processo de construção

e atuação destas. Em outras palavras, uma política pública, é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.

Segundo Mendes *et al* (2010), as políticas públicas se materializam por intermédio da ação concreta de sujeitos sociais e de atividades institucionais que as realizam em cada contexto e condicionam seus resultados. No entanto, cabe salientar que não existe uma definição única e correta para políticas públicas, pois, os diversos estudiosos deste tema costumam divergir dependendo do ponto de vista adotado para estudá-las.

Algumas dessas políticas públicas visam o fomento de estruturas econômicas que concorrem paralelamente com o capitalismo tradicional. Como exemplo, podemos citar as associações e as cooperativas, que se encaixam dentro de um sistema mais amplo que as engloba.

Estas associações e cooperativas fazem parte de um meio alternativo àquele proposto pelo capitalismo, onde poucas pessoas detêm os meios de produção (o capital) e determinam como o trabalho deve ser executado, restando apenas aos trabalhadores (a força de trabalho) cumprirem suas ordens. Elas fazem parte da chamada Economia Solidária.

A economia solidária expressa formas associativas e cooperativas de produção, prestação de serviços, de comercialização e consumo. O trabalho desenvolvido nestes empreendimentos populares e coletivos, além de gerar renda, também agrega princípios que dinamizam o processo de trabalho que normalmente não são encontrados em outros empreendimentos inseridos no sistema capitalista tradicional. Singer (2008) diz que a economia solidária é outro modo de produção que possui princípios fundamentais baseados na propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

No Brasil, as experiências com a economia solidária têm crescido muito e despertado o interesse dos atores sociais. Isto se deve ao fato deste país ser mundialmente conhecido por suas desigualdades sociais. De acordo com informações disponibilizadas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/RS - 2009), que abrangem o período de 2005/2007, o Brasil possui cerca de 21.857 empreendimentos solidários. Destes, 2.085 localizam-se no Rio Grande do Sul, com ênfase para os municípios de Santa Maria, Porto Alegre, Caxias do Sul e Canguçu. Tanto Santa Maria, quanto a capital gaúcha vêm sendo estimuladas por instituições governamentais, com o objetivo de gerar e complementar a renda dos sujeitos participantes das atividades ligadas a economia solidária.

Ainda no Estado do Rio Grande do Sul, foi criada pela Lei 13.601 de 01 de janeiro de 2011, mais especificamente no art. 36, a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), que possui dentre suas várias competências a atividade de promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e valorização das pessoas no trabalho. Esta Secretaria inaugurou a 1ª Casa da Economia Solidária do Estado no município de Sant'Ana do Livramento, localizado na fronteira oeste do Estado. O espaço da Casa de Economia Solidária será utilizado para serem comercializadas roupas, calçados, utensílios de cozinha e produtos da agricultura familiar. De acordo com a SESAMPE (2013), o espaço é fundamental para possibilitar ações integradas de políticas públicas voltadas ao setor.

Sant'Ana do Livramento fica na Metade Sul do Estado, e não possui um polo industrial como as cidades da Metade Norte que absorvem grande parte da mão de obra disponível. O município em questão sofre com a ausência de um mercado diversificado e

grande o suficiente para absorver a maior parte da população economicamente ativa, que acaba migrando para a Metade Norte do Estado em busca de trabalho.

Expondo a relação desemprego versus políticas públicas de economia solidária, o presente artigo tem como intenção principal responder a seguinte questão: “de que forma as políticas públicas de fomento à economia solidária, viabilizadas pela Casa de Economia Solidária, se inserem no contexto de desenvolvimento em Sant’Ana do Livramento?”

Para auxiliar na resolução da questão problema, foram formulados objetivos que nortearão esta pesquisa, sendo o objetivo geral: analisar o contexto de criação da Casa de Economia Solidária em Sant’Ana do Livramento e seu potencial de desenvolvimento socioeconômico. Os objetivos específicos norteadores são: a) caracterizar os aspectos socioeconômicos de Sant’Ana do Livramento; b) contextualizar a criação da Casa de Economia Solidária de Sant’Ana do Livramento e c) verificar as perspectivas de contribuição da Casa de Economia Solidária para o desenvolvimento de Sant’Ana do Livramento.

Diante do exposto até então, o presente trabalho pauta-se na ideia de que a economia solidária é um meio alternativo de sobrevivência para aquelas pessoas, que por qualquer motivo que seja, encontram-se fora do mercado de trabalho tradicional. Com a abertura da Casa da Economia Solidária em Sant’Ana do Livramento se faz necessário entender como sua presença pode trazer benefícios socioeconômicos para essa cidade.

O artigo está estruturado de maneira a introduzir o leitor, em primeiro lugar, aos conceitos necessários para o entendimento do histórico socioeconômico do Rio Grande do Sul, as políticas públicas e sua dinâmica, a economia solidária e sua atuação através da Casa de Economia Solidária e as características socioeconômicas de Sant’Ana do Livramento. Após a apresentação do referencial teórico, tratar-se-á do método utilizado para viabilizar tanto a coleta de dados quanto a sua análise. Logo após ser visto o método, será apresentada a análise dos dados obtidos com a pesquisa seguido das considerações finais sobre os resultados. Por último, podem ser vistas as referências utilizadas na construção do referencial teórico.

## **2. As diferenças regionais do Rio Grande do Sul**

A ocupação do território gaúcho, iniciou-se no século XVII, com a introdução de padres jesuítas, que tinham como objetivo catequizar os índios nativos. Para isso eles construíram missões no nordeste do Estado. Os missionários trouxeram consigo, da Europa, o gado, que após o fim das missões acabou se espalhando livremente pelo Estado e se reproduzindo. Parte dos rebanhos formados ao longo dos anos veio parar na Campanha gaúcha.

Com o descobrimento de ouro nas Minas Gerais, na última década século XVII, o gado ganha mercado potencial e gera interesse na exploração e ocupação dos campos. A partir de então, o gado começa a ser capturado para venda. Ao final do ciclo minerador, em meados do século XVIII, o gado começa a ser abatido nas charqueadas, que eram grandes extensões de terra, que utilizavam mão de obra escrava como força de trabalho. Nessas charqueadas, a carne era salgada e posta para secar, o que lhe conferia um caráter menos perecível e facilitava a venda da mesma para regiões mais distantes. O Rio Grande do Sul torna-se, então, o principal fornecedor de carne para o mercado brasileiro, especialmente utilizada para alimentação dos escravos. Foi dessa maneira que durante o século XIX a economia da Metade

Sul do Estado alcançou seu ápice, concentrando nas cidades de Pelotas e Rio Grande suas principais charqueadas (PESAVENTO, 1985).

Na Metade Norte do Estado, a ocupação se deu pela vinda de imigrantes alemães e italianos, durante os séculos XVIII e XIX. Autores como Monastério (2002); Lautert, (2005) e Arend & Cário, (2005) destacam a importância da dinâmica do mercado interno em uma economia baseada em pequenas propriedades, produção diversificada e comércio interno intenso como o ponto de partida para o desenvolvimento dessa região. Inicialmente, era uma economia baseada em agricultura familiar, em pequenos lotes de terra e no artesanato diversificado para o consumo local, que com o passar do tempo começa a gerar excedentes para serem comercializados no mercado regional e nacional.

Moraes & Alvim (2012) dizem que apesar da Metade Sul ter desenvolvido maior participação na atividade econômica devido a sua produção latifundiária, com a colonização que ocorreu na Metade Norte, esta última começou a ganhar importância com a produção agropecuária diversificada que ocorria nas pequenas propriedades. Esse fenômeno se intensificou a partir do século XIX, quando o crescimento econômico da Metade Norte começou a superar o da Metade Sul.

Para Alonso; Bandeira; Beneti (1994, apud MORAES E ALVIM, 2012), essa mudança pode ser explicada pela falta de dinâmica da Metade Sul em promover uma industrialização diversificada. Enquanto isso, na Metade Norte, ocorria situação inversa. A produção tinha melhor escoamento devido ao acesso facilitado ao resto do país e a Porto Alegre, que possuía um amplo mercado consumidor.

Essas diferenças regionais influenciaram os movimentos populacionais. As pessoas, não encontrando oportunidades de trabalho na Metade Sul, que pouco se diversificou economicamente ao longo dos anos, acabam migrando para a Metade Norte, onde a partir do início do século XX começam a surgir as primeiras indústrias.

Ao analisarem-se as diferenças entre essas duas metades tão distintas do Rio Grande do Sul, a importância do Estado e sua intervenção para a superação dos problemas socioeconômicos regionais, encontra-se respaldo em Myrdal (1960, apud SILVA, FILHO E CORONEL, 2006) que diz que o papel do Estado é importante no sentido de tentar diminuir as desigualdades regionais. Através de suas políticas sociais e econômicas, ele – o Estado – deve tentar neutralizar os efeitos regressivos e promover o desenvolvimento das regiões afastadas dos grandes centros comerciais e industriais.

A partir dos anos 1990 e 2000, as políticas de renda e ocupação foram uma constante na agenda pública, adquirindo mais centralidade nos anos recentes, principalmente as destinadas à qualificação e aos pequenos negócios. Mesmo que tais políticas não produzam, de imediato grande impacto, seus ideias disseminaram-se nas esferas governamentais e na mídia (BARBOSA, 2007).

Barbosa (2007) nos fala que [...] as transformações do trabalho são desencadeadas por necessidades históricas e materiais do capitalismo, proporcionando a cultura do auto-emprego, contando com a participação decisiva do Estado. Neste contexto, as práticas reconhecidas como economia solidária entram na agenda do Estado, como parte de um processo de ressignificação política, econômica e social do trabalho.

A seguir, será aprofundada a questão das políticas públicas. Serão apresentados seus conceitos, surgimento, seu ciclo, os atores envolvidos no processo e demais assuntos pertinentes ao tema.

### 3. A Dinâmica das Políticas Públicas

Entre os cientistas políticos, existiam duas orientações diferentes quanto ao surgimento da política pública. Denhardt (2012) diz que Harold Lasswell e outros cientistas políticos de mesma corrente, pensavam que uma pesquisa sistematizada sobre o processo de *policy-making* estabeleceria relações entre as políticas instrumentais e os valores finais. Em outras palavras, o destino da sociedade seria normatizado através das políticas públicas formuladas. Uma segunda corrente, da qual Thomas Dye faz parte, diz que as políticas públicas podem enfocar as causas das políticas específicas, isto é, suas circunstâncias, quanto suas consequências.

No entanto, existe um modelo de sistema político elaborado por Easton (1965 apud DENHARDT, 2012), que se mostrou relevante. Neste modelo, argumenta-se que o sistema político consiste das interações dos atores políticos, com a destinação de valores para a sociedade. Do sistema externo (sociedade) surgem as demandas, que são captadas pelo sistema interno (governo) e este, por sua vez, as transforma em políticas públicas devolvendo-as para a sociedade.

Utilizando-se da dinâmica proposta pelo modelo de David Easton, políticas públicas podem ser definidas como todas ações de governo e podem ser divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação que influenciam as realidades econômica, social, ambiental, espacial e cultural, LUCHESE (2004 apud MENDES *et al*, 2010). As políticas variam de acordo com o grau de diversificação da economia, com a natureza do regime social, com a visão que os governantes têm do papel do Estado no conjunto da sociedade e com o nível de atuação dos diferentes grupos sociais, como partidos, sindicatos, associações de classe e outras formas de organização social (BOBBIO, MATTEUCCIO E PASQUINO, 1993; SANDRONI, 1994 apud MENDES *et al*, 2010).

Secchi (2012), diz que para realizar-se o estudo das políticas públicas, é indispensável o estudo de um problema que seja relevante para a coletividade. Pode-se definir problema coletivo ou público, como a diferença entre a situação atual e aquela mais ideal possível. Resumidamente, um problema torna-se público quando os atores políticos assim o consideram. Pode-se exemplificar a situação descrita, utilizando o caso de uma pessoa que se encontra desempregada. Dificilmente o problema particular desta pessoa será considerado público. Já a ocorrência de desemprego em massa, de uma categoria profissional específica, pode ser considerado um problema público.

Utilizando-se da tipologia criada por Theodore J. Lowi, existem quatro tipos de políticas públicas, que dependendo de sua finalidade, atingem tipos específicos de problemas públicos. Então, segundo Lowi (1964 apud SECCHI, 2012), existem as políticas regulatórias, que servem para estabelecer regras comportamentais, de serviços ou produtos destinados aos atores públicos e privados. Como por exemplo, citam-se as regras para saúde pública, para as relações de trabalho, para o trânsito e tantas outras. As políticas regulatórias desenvolvem-se em um ambiente competitivo, onde deve ser levada em conta a força dos atores sociais e seus

interesses. As políticas distributivas geram benefícios para alguns atores específicos e os custos são distribuídos entre a coletividade. Gratuidade de taxas, incentivos ou renúncias fiscais são alguns exemplos desse tipo de política. O desenvolvimento destas políticas é menos conflituoso, uma vez que os custos são coletivos e o principal entrave na sua formulação é delimitar o grupo dos beneficiários.

As políticas redistributivas proporcionam benefícios a uma determinada classe de atores, cujo “preço” é pago por outra classe específica. Exemplos deste tipo de política são as cotas raciais em universidades públicas, a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores e a reforma agrária. As políticas redistributivas são muito conflituosas e marcadas por um duplo elitismo na arena de disputa. De um lado, temos a elite que deseja a implementação da política e do outro, a elite oposta, querendo que a política não seja aprovada. Por último, temos as políticas constitutivas, que são “regras sobre os poderes e regras sobre regras”. São as políticas que definem competências, jurisdições, regras de disputa política e da elaboração das próprias políticas públicas. As regras do sistema eleitoral, de relações intergovernamentais e de distribuição de competências entre poderes e esferas são exemplos de políticas constitutivas.

No último parágrafo, foi recorrente a utilização da palavra “atores”, relacionada com as políticas públicas. Neste momento, será explicado quem são os atores políticos e sua relevância para as políticas públicas. Para Secchi (2012), atores são todos os indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política. Considera-se relevante aquele ator que tem a capacidade de influenciar o conteúdo e os resultados das políticas públicas. Estes atores conseguem sensibilizar a opinião pública sobre quais problemas são de relevância coletiva. Através do estudo e trabalho dos atores sociais, são elaboradas propostas, tomadas decisões e intenções são convertidas em ações. Para exemplificar e tornar mais claro o entendimento de quem são os atores sociais pode-se dizer que os políticos, eleitos democraticamente, são atores sociais, bem como os partidos políticos, as organizações do terceiro setor e os mais variados grupos de interesse, como os sindicatos e os conselhos profissionais.

Assim como foi explicitado o significado do termo “atores sociais”, cabe explicar também, o significado de “arena política”, uma vez que seu entendimento se faz necessário para o estudo das políticas públicas. De acordo com Lowi (1972, apud FREY, 2000), arena política refere-se aos processos de conflito e consenso dentro das diversas áreas da política. As políticas redistributivas, abordadas anteriormente, são um bom exemplo do que ocorre em uma arena política, onde os diversos atores sociais envolvidos “lutam” para defender ou não a aprovação e implementação de determinada política, de acordo com seus interesses.

Após serem explicados os conceitos de atores sociais e arena política, será abordado o ciclo das políticas públicas. Frey (2000), propõe as seguintes fases do ciclo das políticas: percepção e definição de problemas, formação da agenda, elaboração de programas e decisões, implementação das políticas e por último, a avaliação das políticas e suas eventuais correções.

Na fase de definição e percepção de problemas, devem ser escolhidos dentre uma gama de problemas, aqueles que possuem maior relevância social, para que os mesmos sejam posteriormente transformados em prováveis políticas públicas. A percepção do problema pode partir do próprio governo, mas, também, como uma demanda dos atores sociais. Somente na fase de formação da agenda é que será decidido se determinado tema será de fato transformado em política pública, se será adiado para outro momento ou se será descartado.

São levados em conta, neste momento, os custos e os impactos da política pública e se ela terá condições de se impor na arena social, ou seja, se a mesma é de interesse dos atores sociais que deverão estar envolvidos na sua implementação (FREY, 2000).

A terceira fase envolve a elaboração de programas e decisões e nela é necessário que seja escolhida a ação mais apropriada dentre as alternativas disponíveis. Anteriormente a escolha da melhor opção de ação, é normal que existam conflitos entre os atores que mais exercem influência na política e na administração. Posterior à fase de elaboração e de programas e decisões vêm a fase de implementação das políticas. Nesta fase são implementadas um conjunto de ações realizadas por grupos ou indivíduos, de natureza pública ou privada, que são direcionadas para a consecução dos objetivos estabelecidos na fase anterior. A última fase do ciclo das políticas públicas é a fase de avaliação das mesmas. Nela, apreciam-se os programas implementados, e sua efetividade, são verificados os déficits dos programas e os possíveis impactos negativos, para serem reformulados. A fase de avaliação é muito importante, pois, com ela, pode haver uma melhora contínua das políticas públicas (FREY, 2000).

Depois de ser abordada temática das políticas públicas, seu conceito, seu ciclo, os atores envolvidos em seu processo e como ele pode ser conflituoso, será introduzida a economia solidária. Logo após, serão vistas as políticas públicas de economia solidária, formuladas pelo Estado, como fator de desenvolvimento socioeconômico.

#### **4. A Economia Solidária**

A economia solidária emergiu pouco depois do capitalismo industrial, reagindo aos altos índices de empobrecimento da população artesã, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril industrial. A exploração do trabalho nas fábricas não possuía restrições legais e ameaçava a qualidade de vida dos trabalhadores (SINGER, 2008).

No início do século XIX, os trabalhadores dessas corporações tentaram resistir, até violentamente, à introdução das máquinas fabris, que eliminavam seus postos de trabalho. Não tiveram sucesso, pois o avanço tecnológico é implacável. A indústria veio para ficar (SOUZA, 2003).

Em 1844, um grupo de operários do setor têxtil, residentes da cidade inglesa de Rochdale, formaram cooperativas de consumo. Eles montaram um grande armazém com o objetivo de reduzir o custo e melhorar a qualidade dos alimentos, pois, naquela época, a comida comercializada costumava não apresentar boas condições de consumo. Foram estabelecidos oito princípios que norteariam o funcionamento da cooperativa: 1) haveria democracia na sociedade, na medida que cada sócio teria direito de um voto nas assembleias gerais; 2) a sociedade estaria aberta para quem quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínimo; 3) o dinheiro aplicado na cooperativa seria remunerado com uma taxa de juros, mas isso não daria direito ao seu possuidor direito adicional de decisão; 4) o que sobrasse da receita seria distribuído entre os sócios em proporção as compras que fizessem na cooperativa; 5) as vendas seriam à vista; 6) os produtos vendidos seriam sempre puros e de qualidade; 7) a sociedade deveria promover a educação dos sócios quanto aos princípios do cooperativismo e 8) a sociedade seria neutra política e religiosamente. Esses são os princípios



internacionais do cooperativismo, que, na essência, vigoram até hoje (COLE, 1944 apud SOUZA, 2003).

O cooperativismo consiste num conjunto de práticas associativistas, pelos quais os sujeitos unem suas forças de produção e sua capacidade de consumo, a fim de se desenvolverem econômica e socialmente, visando a melhoria de suas rendas, assim como da sociedade. No cooperativismo predominam os interesses coletivos que visam corrigir as desigualdades sociais (PINHO, 1966, apud GOERCK, 2009).

Retomando o conceito apresentado na introdução deste projeto, segundo Singer (2008), a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. Para Souza (2004, apud GOERCK, 2009), a solidariedade reporta-se a cooperação, a ajuda mútua, reciprocidade de interesses e responsabilidades nas relações de trabalho. Compreende-se pelo exposto anteriormente, que a economia solidária engloba as formas associadas ou cooperadas de trabalho e possui um papel importante na vida daquelas pessoas mais carentes.

A Economia Solidária [...] lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, [...] permitirá [...] dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletiva (SINGER, 1999, p.138).

O conceito de Economia Solidária engloba realidades diversas, formadas por cooperativas, associações e também, por grupos informais, porém, originadas por motivações e iniciativas com origens e naturezas diferentes, peculiares a cada região e circunstância (GAIGER, 2000, apud GOERCK, 2009). Ela é constituída por empreendimentos em que a solidariedade, a cooperação, a partilha dos rendimentos, de conhecimentos e de informações entre seus integrantes e a ajuda mútua tornam-se elementos norteadores dessas experiências.

Pode ser dito ainda, a respeito da Economia Solidária, que ela relaciona-se com três aspectos que complementam um ao outro, sendo eles: a) um projeto socioeconômico, político e cultural que visa o desenvolvimento humano, observando os princípios democráticos e de respeito ao meio ambiente por meio de relações antagônicas às do sistema capitalista; b) um conjunto de empreendimentos econômicos solidários, que tenta se organizar em redes com o apoio de movimentos sociais, ONG's, igrejas, sindicatos e etc; c) um segmento social que reivindica políticas sociais de apoio ao cooperativismo e associativismo, e solicita também um novo marco legal para o trabalhador associado e para os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda (LECHAT, 2006 apud GOERCK, 2009). Através do exposto neste parágrafo, compreende-se que a Economia Solidária, além de se concretizar por vontade própria dos trabalhadores, também é incentivada por políticas públicas.

A Economia Solidária, portanto, constitui-se em uma das formas dos sujeitos contestarem o sistema tradicional, seja por meio dos princípios que os trabalhadores envolvidos nestes empreendimentos estão respaldados, seja pela compreensão dos mesmos em relação ao modo que ocorre a produção e a comercialização existente onde predominam a individualidade, a competitividade e a conseqüente exclusão social, ou pela falta de opções de trabalho em determinada região.

No Brasil, no primeiro ano do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, a Economia Solidária passa a ser ação coletiva formalizada no aparelho de Estado com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, tendo como Secretário, Paul Singer, um grande estudioso dessa área (BARBOSA, 2007). Em maio de 2004, é expedido o Decreto

Nº 5.063 e na redação do seu Art. 18 estão descritas as competências da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Algumas dessas competências são:

[...] IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; [...].

Percebe-se, que as competências citadas acima ajudam a corroborar com o que já foi citado anteriormente quanto ao potencial de desenvolvimento socioeconômico da economia solidária, principalmente no tocante a geração de emprego e renda. No próximo tópico, será apresentada a Secretaria de Economia Solidária e Apoio a Micro e Pequena Empresa do Rio Grande do Sul.

#### **4.1 Políticas de Economia Solidária no Rio Grande do sul: A Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE)**

A Secretaria da Economia Solidária e Apoio a Micro Empresa (SESAMPE), surgiu com a reforma administrativa realizada pelo Governador Tarso Genro no início de sua gestão. Ela foi criada pela Lei Nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, e possui suas competências definidas no Art. 36 da mesma como segue:

Art. 36 - Compete à Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa:

I - promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho;

II - proporcionar a criação e a manutenção de oportunidade de trabalho e a geração e distribuição de renda;

III - estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor da Economia Popular Solidária;

IV - promover, incentivar e ampliar a competitividade das micro e pequenas empresas, inclusive por meio de investimento comercial, industrial e de serviços;

V - apoiar e promover projetos que estimulem a geração de trabalho e renda com foco na economia solidária;

VI - executar o registro de empresas;

VII - apoiar o empreendedorismo e a competitividade de micro e pequenas empresas;

VIII - apoiar o desenvolvimento de projetos microempresariais na área de gestão e de tecnologia da informação;

IX - gerir fundos de desenvolvimento na sua área de competência;

X - promover a formação, a educação e a capacitação técnica para cooperação e autogestão;

XI - promover a incubação e a assistência técnica para implementação de empreendimentos da economia solidária;

XII - apoiar técnica e financeiramente a recuperação e a reativação de empresas por trabalhadores;

XIII - fomentar a comercialização de produtos e serviços;

XIV - implementar a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária e dar suporte administrativo ao Conselho do setor (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

A SESAMPE possui a seguinte estrutura administrativa: três diretorias, sendo uma Administrativa, uma de Economia solidária e outra de Micro e Pequena Empresa, uma

coordenadoria de projetos especiais e uma vinculada a Junta Comercial do Rio Grande do Sul. O titular desta pasta é o Secretário Maurício Dziedricki e os demais diretores são: João Luiz Scoppel (Secretário Adjunto), Antônio Paim (Micro e Pequena Empresa) e Nelsa Nespolo (SESAMPE, 2011a).

Em 3 de julho de 2013, foi expedido o Decreto Nº 50.459, que regulamenta o Programa de Economia Solidária do Estado do Rio Grande do Sul. Em redação que antecede os artigos do Decreto, podem ser vistas várias considerações. Dentre elas cabem ser destacadas as seguintes:

[...] considerando que a Economia Popular Solidária, em âmbito nacional e estadual, tem se mostrado importante instrumento para a geração de emprego e de renda, bem como para a correção de graves disparidades econômicas e sociais, mediante a distribuição de renda e promoção da equidade social;

[...] considerando a necessidade de estimular a criação de canais de cooperação entre as diferentes instâncias da Administração Pública Estadual, das instituições financeiras e da sociedade civil, como forma de viabilizar a ampliação do acesso dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, às políticas públicas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e ao Sistema Financeiro; e;

considerando a necessidade de fomentar o desenvolvimento socioeconômico dos Municípios e das diferentes Regiões do Estado do Rio Grande do Sul, assim como contribuir para a construção de um desenvolvimento incluyente e sustentável, por meio do fortalecimento dos empreendimentos econômicos de caráter associativo do setor rural e urbano (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

As considerações do referido Decreto dão sentido ao exposto nos tópicos anteriores do referencial teórico deste trabalho. As políticas públicas de Economia Solidária tem a finalidade de gerar emprego e renda para aqueles excluídos do mercado de trabalho capitalista tradicional, proporcionando mais qualidade de vida para essas pessoas, fomentando o desenvolvimento socioeconômico das diversas cidades e regiões do Estado.

A SESAMPE (2011b), segundo informado em seu site oficial, desenvolve três programas/projetos: o Programa Gaúcho de Microcrédito, Projeto Incubadoras Empresariais para Micro e Pequenas Empresas (MPE's) e o Projeto de Apoio e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária. O Programa Gaúcho de Microcrédito tem por objetivo auxiliar financeiramente as micro e pequenas empresas para promover de forma substantiva a melhoria da qualidade de vida das populações de menor renda e em situação de vulnerabilidade social, econômica.

O Projeto de Incubadoras Empresariais realiza um diagnóstico das Incubadoras Empresariais e o estudo de suas adequações físicas, devido a importância destas no apoio ao desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. O Projeto de Apoio e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária tem por objetivo fortalecer os empreendimentos solidários existentes e/ou o surgimento de novos, para o crescimento da economia baseado em um desenvolvimento local e territorial integrado (SESAMPE, 2011b).

Em abril de 2013, a SESAMPE inaugurou no município de Sant'Ana do Livramento a 1ª Casa de Economia Solidária do Estado. A Casa fica localizada na Rua Rivadávia Corrêa nº60, centro da cidade. O local tem como finalidade incentivar e fomentar empreendimentos solidários que beneficiarão em torno de 10 mil pessoas de todo Estado. Nesse espaço serão comercializados produtos oriundos do trabalho das pessoas ligadas a Economia Solidária. Além disso, cursos de qualificação profissional serão ministrados neste local. Segundo a

SESAMPE, a Casa é fundamental para que se possa ter um ponto de referência para a Economia Solidária por meio de um local multi uso. A Secretaria prevê que serão abertas 12 Casas em todo o Estado (SESAMPE, 2013).

No próximo tópico serão apresentados alguns dados socioeconômicos referentes ao município de Sant'Ana do Livramento, como a questão do desemprego e o êxodo populacional. Relacionado a esses dados, será mostrado como a economia solidária pode auxiliar a diminuí-los.

## **5. Características Socioeconômicas de Sant'Ana do Livramento**

Sant'Ana do Livramento é um município gaúcho, localizado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Ele é conhecido por fazer fronteira com a cidade uruguaia de Rivera e pela sua convivência pacífica com o outro país. Além disso, em novembro de 2009, com sanção da Lei Nº12.095, Livramento tornou-se a cidade símbolo da integração brasileira com os países membros do Mercosul.

O município foi ocupado inicialmente pelo índios charruas e minuanos e, por volta de 1810 houve um combate entre forças portuguesas e espanholas, saindo vitoriosas as primeiras. Após o conflito as tropas portuguesas começaram a guarnecer a fronteira oeste, começando aos poucos, levantando moradias. Deu-se, então, o início da colonização do território (IBGE, 2010a).

Historicamente, Sant'Ana do Livramento é distinguida por abrigar grandes propriedades rurais voltadas para a pecuária extensiva e a criação de ovinos. A partir da década de 1970, inicia-se a atividade do plantio de arroz, trigo e uva (LUCENA, 2011).

Entretanto, segundo (Lucena 2011), nas décadas seguintes, a cadeia produtiva de Sant'Ana do Livramento sofreu profundas alterações. A década de 1990 foi caracterizada pelo fenômeno da reestruturação produtiva regional, que ocorreu devido aos ajustes impostos pelo mercado, com uma competitividade sem antecedentes no contexto da economia regional. Foi necessário reduzir cultivos como os do arroz e da soja e dos rebanhos bovinos e ovinos.

No contexto deste processo, que desarticulou a cadeia produtiva regional, os grandes pecuaristas foram capazes de se adaptar e investir em uma pecuária mais moderna, em cabanhas. Por outro lado, aos pequenos e médios proprietários de terras tiveram sérios problemas econômicos. Uma alternativa encontrada pelos proprietários afetados pela abertura do mercado brasileiro foi a venda de terras para os governos federal e estadual para a instalação de assentamentos rurais. O impacto dos assentamentos rurais na dinâmica econômica se caracteriza por uma agricultura com baixo dinamismo, afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc (LUCENA, 2011).

Dentro do setor primário, a pecuária é a atividade principal, ocupando 90% das terras. A atividade industrial encontra-se pouco desenvolvida e se vincula basicamente ao gênero de produtos alimentícios (SANCHEZ, 2002 apud LUCENA, 2011). Segundo informações econômicas fornecidas pelo IBGE (2010b), o Produto Interno Bruto (PIB) do município dos setores da Agropecuária, Indústria e Serviços são respectivamente os seguintes: 169.644, 83.215 e 648.833. Observa-se, assim, que o setor de maior importância econômica,

atualmente, é o de serviços. A Fundação de Economia e Estatística (FEE), informa que no ano de 2011, o PIB do município foi de R\$1.046.648 e, por sua vez, o PIB per capita, considerando o mesmo ano, foi de R\$12,792.

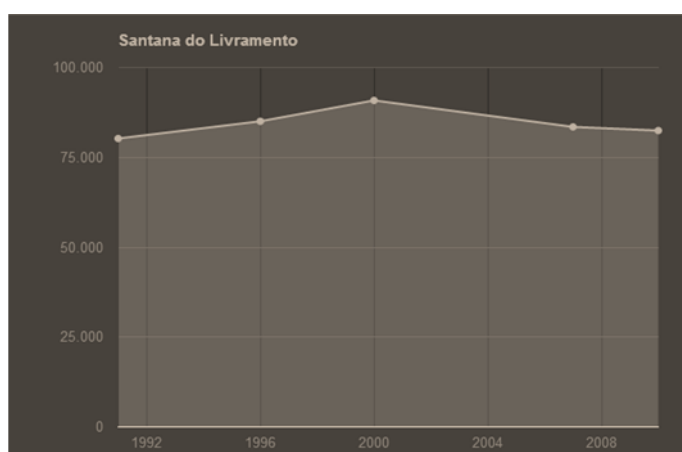
De acordo com dados da FEE (2011), Livramento possui cerca de 82.240 habitantes e uma área de 6.950, 4 Km<sup>2</sup>. Estimativas do IBGE (2010c) para o ano de 2013 é de que o município tenha em torno de 83. 702 habitantes. Ainda sobre a população santanense, cabe ser dito, que de acordo com o censo demográfico, realizado pelo IBGE, em 2010, existem cerca de 17.911 pessoas com idade entre 0 e 14 anos, 54.085 pessoas com idade entre 15 e 64 anos e 9.388 pessoas acima de 65 anos.

Com base nesses números, pode se perceber que mais da metade da população da cidade que encontram-se em idade ativa para exercer algum tipo de trabalho, quando levado em conta as informações obtidas no portal eletrônico do Ministério da Previdência Social (data indisponível). De acordo com o Ministério, a idade atual para aposentadoria, por idade, é de 60 anos, para mulheres e 65 anos para homens. Logo, deveria existir no município, uma ampla oferta de empregos, para que a atual quantidade de pessoas tivesse oportunidade de trabalhar.

Através de informações extraídas do site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), durante o ano de 2013, considerando o período compreendido entre janeiro e dezembro, houve, na cidade, 5.469 admissões e 4.643 desligamentos (demissões). No portal eletrônico do MTE, pode ser encontrado, ainda, a quantidade de empregos formais em 1º de janeiro de 2014, que é de 11.667.

Considerando o número de habitantes que estão em idade economicamente ativa que foram descritos anteriormente, nota-se que a atual quantidade de empregos formais é muito inferior ao número daquelas pessoas que poderiam estar trabalhando. Não havendo condições de empregabilidade para a maioria de sua população, o município tem experimentado uma saída substancial de pessoas para outras cidades do Estado.

FIGURA 1: Evolução populacional.



Fonte: IBGE (2010d)

Ao observar-se o gráfico, a população santanense ao longo da década de 1990 experimentou um crescimento, até atingir seu ápice no ano 2000. Segundo o Censo realizado pelo IBGE (2000), no início do século XXI, Livramento chegou a ter cerca de 90.849 habitantes.

Atualmente, Sant'Ana do Livramento passa por uma crise econômica que vem se acelerando desde o fechamento do Frigorífico Armour, ocorrido na década de 1990, que pode se dizer que era o motor da economia santanense. O Frigorífico era uma indústria de grande porte e dinamizava a economia do município. Com o fim das operações do Frigorífico, outros setores acabaram prejudicados com a desaceleração econômica no comércio local, desestimulando o estabelecimento de outras indústrias e comércios na cidade. Com a falta de perspectiva de trabalho na cidade, contingentes de trabalhadores procuraram na capital e em outras cidades condições de trabalho e renda (LUCENA, 2011).

Os indicadores sociais e de desenvolvimento mostram que a taxa de desemprego no município é alta e atinge mais de 20% da população economicamente ativa. O índice de Gini, aplicado a distribuição de renda, estimando para o ano de 2000, em Livramento, foi de 0,61, mesmo valor calculado para o ano de 1991, o que representa a manutenção de uma alta concentração de renda. Atualmente, segundo dados do DATASUS (Data Indisponível), o índice de Gini de Livramento é de 0,55. O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade a 1, quando a desigualdade é extrema (PNUD, 2003 apud LUCENA, 2011).

Pelas informações apresentadas sobre Sant'Ana do Livramento, nota-se que existe um êxodo significativo, em virtude do baixo potencial de empregabilidade disponível. Outra informação que deve ser ressaltada é a questão da participação dos três setores no PIB do município. A agropecuária e a indústria apresentam contribuições muito inferiores ao setor de serviços. Livramento precisaria dinamizar estes dois setores, para que pudesse existir um crescimento econômico que beneficie a população santanense. Entretanto, existem outras opções para potencializar socioeconomicamente a cidade através de trabalho e a geração de renda, como é o Caso da Economia Solidária, representada em Livramento pela Casa de Economia Solidária.

O próximo tópico deste trabalho apresentará o método adotado para a pesquisa que foi realizada na Casa de Economia Solidária. Além do método o tópico seguinte apresentará as técnicas de coleta e análise de dados.

## **6. Procedimento metodológico**

Esta pesquisa possui um caráter descritivo que, de acordo com Gil (2012), consiste em descrever as características de determinados fatos ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. O método selecionado para a pesquisa é o levantamento de campo (*survey*), que segundo Gil (2012), pode ser entendido como pesquisas que se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja-se saber. Este método serve para levantar informações de um determinado grupo de pessoas acerca do problema estudado, para, em seguida, através de análise quantitativa e também qualitativa, chegar às conclusões correspondentes aos dados coletados.

A pesquisa foi desenvolvida na Casa de Economia Solidária de Sant'Ana do Livramento, localizada na Rua Rivadávia Corrêa nº60, e não foi necessário selecionar uma amostra para aplicação dos questionários, uma vez que, até o momento do levantamento dos dados, 25 pessoas trabalhavam na Casa. A pesquisa adotou um viés quantitativo e também

qualitativo. Justificam-se os métodos escolhidos, pois, buscou-se identificar o potencial de desenvolvimento social e econômico do referido local.

A técnica adotada para pesquisa foi o questionário. Para os autores Marconi e Lakatos (2009), questionário pode ser definido como um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Na presente pesquisa, foram aplicados dois questionários diferentes, sendo um direcionado a Coordenação da Casa e outro às trabalhadoras da mesma. O questionário respondido pela Coordenação era composto apenas por perguntas abertas, que tinham como principal objetivo responder questões referentes ao funcionamento da Casa. O segundo questionário possuía perguntas fechadas, que tinham como objetivo apresentar o perfil socioeconômico das trabalhadoras da economia solidária.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014 e, depois de coletados, a fase seguinte da pesquisa foi a de tabulação dos mesmos para que pudesse haver facilidade em sua análise. Para tal tarefa, foi utilizado o Microsoft Office Excel 2007®. Cabe salientar que somente os dados passíveis de serem quantificados foram tratados no programa de computador. Para os demais dados obtidos através das perguntas abertas, foi realizada uma análise de conteúdo. De acordo com Markoni e Lakatos (2009, p.169), análise de dados é tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Para a análise dos dados numéricos foi adotada a média aritmética, que busca identificar se os resultados se distribuem simetricamente em torno de um ponto central e quando se deseja obter a medida da tendência central que possui a maior estabilidade.

Transcorrida a fase de análise, deu-se, então, a interpretação dos dados, que tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 2012, p. 156). No próximo tópico, poderá ser visto o resultado da análise dos dados levantados com a aplicação dos questionários.

## **7. Análise de Dados**

Em primeiro lugar, será apresentada a análise de dados do questionário destinado à coordenadoria da Casa de Economia Solidária, para que se possa ter uma visão mais abrangente do funcionamento da mesma. Posterior à primeira análise, serão apresentados os resultados obtidos com os questionários respondidos pelos trabalhadores da Casa.

A primeira pergunta do questionário foi a seguinte: quantos empreendimentos existem atualmente na Casa? Em resposta foi obtido o seguinte: “No momento existem 4 empreendimentos. São 4 associações. Foi escolhido esse tipo de organização por motivos burocráticos e financeiros”. Com base nessa resposta, confirma-se o que Gaiger (2000, apud GOERCK, 2009) e Singer (2008) dizem a respeito das formas de como se estruturam os empreendimentos de economia solidária, que são, geralmente, associações e cooperativas.

A próxima questão tem relação com a primeira, no entanto é mais específica. Questionou-se com o que os empreendimentos trabalham. A coordenadoria informou que “existe uma associação de costura, uma associação de artesanato, uma associação de produção de gêneros alimentícios e uma ligada à agricultura familiar”. A de agricultura familiar, até a

época de aplicação do questionário, ainda estava em fase de regulamentação. A partir dessa resposta, pode-se corroborá-la com no Art. 9º do Decreto nº 50.459/2013:

Art. 9º As Associações e as Cooperativas certificadas enquanto Empreendimento Econômico Solidário são parceiras prioritárias para a execução dos objetivos do Programa de Economia Popular e Solidária do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

A terceira questão tem a ver com questões financeiras. Foi indagado se a coordenadoria tinha conhecimento de como os valores das vendas eram repassados. Em resposta, obteve-se: “todas as vendas são registradas em livro caixa próprio e 10% do valor de cada uma das trabalhadoras é descontado para manutenção da casa. Os outros 90% ficam com elas”. Tal resposta pode ser justificada pela redação do inciso VIII do Art. 4º do Decreto nº 50.459/2013 que diz: “VIII - estimular a auto-organização dos trabalhadores promovendo o aprendizado coletivo [...]” Portanto, o modo de gerir a Casa é livre para ser escolhido.

Na questão seguinte buscou-se descobrir a opinião da coordenadoria com relação ao potencial de desenvolvimento socioeconômico da Casa de Economia Solidária para Sant’Ana do Livramento. Logo, foi feita a seguinte pergunta: em sua opinião, a Casa de Economia Solidária possui potencial para desenvolver socioeconomicamente o município de Sant’Ana do Livramento através de seu trabalho realizado? Para esta questão, a coordenadoria deu a seguinte resposta: “o nosso objetivo é este, o de desenvolver economicamente a cidade. Se tivéssemos um melhor local, com melhor exposição, venderíamos muito mais”. Considerando o disposto na redação dos incisos I e II do Art. 4º do Decreto 50.459/2013, pode ser observado o seguinte:

Art. 4º. O Programa de Economia Popular e Solidária orienta-se pelas diretrizes da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, destacando-se: I - promover o desenvolvimento econômico das cadeias produtivas, das regiões e das economias locais; II - promover o desenvolvimento com distribuição da riqueza e da renda socialmente produzida de forma a impulsionar o desenvolvimento endógeno; [...] (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Pode-se perceber que existe uma convergência entre o que diz a teoria relacionada a economia solidária, a resposta da coordenadoria e a legislação que institui a políticas públicas estaduais de economia solidária. No entanto, cabem serem destacadas algumas particularidades: apesar do potencial de desenvolvimento socioeconômico que possuem as políticas de economia solidária, no caso da Casa de Sant’Ana do Livramento, percebe-se que alguns desafios precisam ser superados para que o referido potencial seja alcançado. Portanto, cabe verificar a quinta questão feita para a coordenadoria, bem como sua resposta.

A penúltima pergunta do questionário reservou-se a identificar quais seriam os possíveis desafios a serem superados pela Casa de Economia Solidária. Para isso, perguntou-se o seguinte: existem desafios a serem superados pela Casa? A coordenadoria em resposta diz o seguinte: “precisamos de um local melhor, com mais visibilidade para os produtos. Além disso, a população santanense não valoriza os produtos da economia solidária.” Foi apontado também como um desafio para a Casa a questão do espaço interno, que segundo a coordenadoria, é muito limitado para as atividades desenvolvidas.

Esse problema merece um destaque especial, pois, de acordo com a resposta “o espaço ficou reduzido depois que o prefeito nos tomou uma boa parte do imóvel destinado à economia solidária”. Como a pesquisa limitou-se ao ambiente da Casa de Economia Solidária,



o Executivo Municipal não foi procurado para ouvir sua versão do que foi dito pela coordenadoria.

Quanto a falta de valorização dos produtos da Casa, talvez, esse problema se dê pela falta de conhecimento da população santanense das atividades do local, dos conceitos de economia solidária e até mesmo, como indicado pela coordenadoria, pela falta de uma boa exposição dos produtos. Além disso, deve ser considerada a questão do pouco tempo de trabalho da Casa, uma vez que, até o momento da pesquisa, a mesma não tinha completado um ano de atividades no município. Baseando-se nisso, pode-se dizer que o inciso I do Art. 36 da Lei nº 13.601/2011 não está sendo executado de maneira eficaz, uma vez que ele diz: “I - promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho”.

A sexta e última pergunta do questionário buscou saber se a coordenadoria da Casa percebe que a SESAMPE presta algum tipo de apoio para o desenvolvimento das atividades relacionadas a economia solidária. Então, pediu que fosse respondido o seguinte: fale sobre o suporte ofertado pela SESAMPE. Quanto a Secretaria, a coordenadoria disse “em primeiro lugar, recebemos o local. Recebemos também, incentivo financeiro para realizarmos feiras e para equiparmos a nossa cozinha para trabalharmos com os alimentos. Quando precisamos de algo, elaboramos um projeto e enviamos. Sempre temos apoio da SESAMPE”.

Com esta afirmação, vê-se que tanto o disposto no inciso V da Lei nº 13.601/2011, quanto a redação do inciso V do Decreto nº 50.459/2013, dispõe que: “V - realizar e apoiar a realização dos eventos e dos cursos de qualificação e de formação sobre o Programa de Economia Popular e Solidária e seus projetos e ações;”, ocorrem na prática. Logo, infere-se que a SESAMPE está cumprindo com o seu papel de agente desenvolvedor de políticas públicas ligadas à economia solidária.

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos com a aplicação dos questionários direcionados aos trabalhadores da Casa. Para melhor compreensão dos resultados, eles estão apresentados em tabelas, de acordo com a afinidade que possuem entre si.

TABELA 1

Dados dos trabalhadores da Casa de Economia Solidária.

Pergunta	Idade	Sexo	Estado civil	Nível de escolaridade	Possui Filhos?	Casa x habitantes
Resultado.	53 anos, em média.	Feminino (100%).	Casadas (78%).	Fundamental (45%); Médio (45%).	Sim (56%).	3 ou mais habitantes (45%).

Fonte: elaborada a partir da análise de informações do questionário.

Na tabela acima apresentam-se dados referente ao trabalhador propriamente dito. É relevante conhecer quem são as pessoas que utilizam a economia solidária como fonte de renda, para tentar entender o porquê a buscaram. Baseados nessas informações, pode-se inferir que devido à idade, ao baixo nível de escolaridade e que pela quantidade de pessoas com quem dividem a casa, as trabalhadoras da Casa encontraram na economia solidária um meio alternativo de obterem ganhos financeiros, levando em conta seu perfil atual. Esta

afirmativa encontra respaldo no que já foi exposto anteriormente por Singer (1999), que apresenta a economia solidária como um outro meio de trabalho para aquelas pessoas que, por diversas razões não conseguem ser inseridas no mercado de trabalho tradicional.

TABELA 2

Dados econômicos do trabalhador da Casa de Economia Solidária.

Pergunta	Remuneração média (R\$)	Despesas médias (R\$)
Antes da Casa	R\$262,00	R\$208,00
Depois da Casa	R\$369,00	R\$316,00
Aumento.	40,08%	52%

Fonte: elaborada a partir da análise de informações do questionário.

O objetivo principal desta tabela é demonstrar a evolução da renda e da despesa média das trabalhadoras da Casa. Com base nas informações fornecidas pelas mulheres que responderam os questionários, pode-se perceber que, a partir de que começaram a trabalhar com a economia solidária, houve um aumento significativo nos ganhos e nos gastos delas. Nota-se então, que o disposto nos incisos II e V do Art. 36 da Lei nº 13.601/2011, que descreve as competências da SESAMPE, estão sendo cumpridos. Além disso, a primeira e a terceira considerações apresentadas neste artigo, retiradas do Decreto nº 50.459/2013, também estão sendo concretizadas. Entretanto, como será demonstrado pela TABELA 3, mesmo com o aumento da renda, esta ainda não pode ser considerada significativa.

TABELA 3

Dados socioeconômicos do trabalhador da Casa de Economia Solidária.

Pergunta	Contribuição da renda atual para sua casa.	Motivo que levou buscar a Econ. Solidária.	Trabalha em outro local?	Acesso a bens e serviços culturais.
Resultado	A menor da casa (55%).	Complementar a renda de sua casa (45%).	Não (89%).	Aquisição de livros (37%).

Fonte: elaborada a partir da análise de informações questionário.

A TABELA 3 serve para mostrar o impacto gerado pela renda da economia solidária na vida das trabalhadoras e das pessoas com quem elas moram e ainda, outros fatores ligados a ela. Os ganhos com as atividades da Casa configuram-se como um complemento de renda e são menos relevantes quando comparados aos dos outros integrantes da família. No entanto, para a maioria das mulheres, esta é sua única fonte de renda, e por isso, não pode ser desprezada. Talvez, sem este dinheiro, elas não tivessem a oportunidade de ter acesso a leitura, como demonstrado pela pesquisa.

TABELA 4

Dados profissionais do trabalhador da Casa de Economia solidária.

Pergunta	Possui qualificação	Em que área?	Possui experiência	Há quanto tempo não realiza curso	Contribui para o
----------	---------------------	--------------	--------------------	-----------------------------------	------------------

	profissional?	Artesanato	profissional fora da Casa?	de aperfeiçoamento?	INSS?
Resultado	Sim (75%).	(33%).	Sim (75%).	4 anos ou mais (34%).	Não (67%).

Fonte: elaborada a partir da análise de informações do questionário.

Na TABELA 4, buscou-se esclarecer alguns pontos da vida profissional das mulheres da Casa. Percebe-se que a maioria das mulheres possui alguma qualificação profissional. Entretanto, segundo a pesquisa, elas carecem de uma atualização de conhecimentos. Uma possível renovação de conhecimentos ou aprendizado de novas técnicas poderá conferir mais qualidade e credibilidade para o trabalho desenvolvido por elas. Espera-se que essa questão seja resolvida pela própria Casa, uma vez que, como apresentado anteriormente, ela também tem o objetivo de ofertar cursos de qualificação profissional.

Além disso, merece especial atenção a questão da não contribuição para o INSS. De acordo com as informações coletadas, a maioria das trabalhadoras já desempenhou outro tipo de atividade remunerada no mercado de trabalho convencional, onde, segundo a legislação trabalhista, contribuíam para um dia poderem se aposentar. Atualmente, não havendo esta obrigatoriedade junto a Casa de Economia Solidária, esta importante contribuição não é realizada.

TABELA 5

Percepção dos trabalhadores da Casa quanto a SESAMPE e a Casa de Economia Solidária.

Pergunta	A infraestrutura da Casa é boa?	A SESAMPE ajuda com as atividades da Casa?	Sugestões de melhorias:
Resultado	Sim (89%).	Sim (89%).	Local mais adequado (44%).

Fonte: elaborada a partir da análise de dados do questionário.

Na última tabela referente ao questionário aplicado as trabalhadoras da casa, buscou-se verificar sua percepção quanto à própria Casa e a Secretaria de Economia Solidária e Apoio a Micro e Pequena Empresa (SESAMPE). Ao analisar-se a tabela pode ser encontrada uma incoerência de informações. Ao mesmo tempo que indica-se que a Casa possui uma boa infraestrutura, indica-se também, que ela carece de um melhor local para suas atividades. Pode se atribuir tal incoerência a alguns motivos, tais como a falta de conhecimento ou interpretação do significado da palavra infraestrutura e até mesmo falta de clareza nessa questão do questionário. Por último, a maioria das mulheres percebe que a SESAMPE presta auxílio nas atividades desenvolvidas no local. Portanto, a Secretaria está desenvolvendo as competências dos incisos II, III, V e XIV descritas anteriormente no Art. 36 da Lei nº 13.601/2011.

Concluída a análise dos dados obtidos através dos questionários, no próximo tópico a pesquisa encaminha-se para suas considerações finais a respeito das políticas públicas de economia solidária realizadas através da Casa de Economia Solidária de Sant'Ana do Livramento.

## 8. Considerações Finais

A economia solidária possui potencial para melhorar social e economicamente as pessoas inseridas no seu contexto, bem como a localidade onde ela é desenvolvida. Pode ser verificada essa dinâmica na Casa de Economia Solidária de Sant'Ana do Livramento, onde as suas trabalhadoras, após iniciarem as atividades ligadas a economia solidária, tiveram um aumento sensível em seus ganhos financeiros. Essa renda não melhora somente a vida de cada uma delas, mas também a das pessoas que com elas moram, pois como demonstrado pela pesquisa, ela complementa os ganhos dos demais. Além disso, essa renda estimula o consumo, fazendo com que circule mais dinheiro no mercado, favorecendo a economia local. Por esses motivos, pode-se dizer que as políticas públicas estaduais de economia solidária são eficazes. Entretanto, a pesquisa também apontou que existem alguns desafios que ainda precisam ser superados para que a Casa de Economia Solidária possa maximizar seus resultados.

Problemas como a falta de valorização dos produtos oriundos da economia solidária, um local mais adequado às atividades desenvolvidas e que favoreça a exposição da mercadoria, ainda precisam ser solucionados. Tais entraves, de acordo com a pesquisa, dificultam o trabalho desenvolvido pela Casa, fazendo com que ela não desempenhe suas funções com potencial pleno. Possivelmente, com o auxílio da SESAMPE, e se possível, em parceria com o governo municipal, as dificuldades atuais possam ser superadas com maior facilidade e em menor tempo.

Considerando esses problemas e outros que possam existir e que não foram identificados pela pesquisa, pode ser dito, ainda, que a renda da economia solidária é a menor da família e, portanto, não pode oferecer uma autonomia financeira. Espera-se que com a solução ou redução das dificuldades apontadas, que, essa realidade seja alterada, fazendo com que a renda das trabalhadoras possa se equiparar aos dos demais membros de suas residências. Espera-se também que a questão da contribuição para seguridade social possa ser resolvida entre as próprias trabalhadoras ou pela SESAMPE, que poderia criar algum tipo de legislação para disciplinar esta questão.

Através da pesquisa, também pode ser apontado que a SESAMPE tem ofertado um bom suporte para as atividades desenvolvidas pela Casa e que ela é receptível as propostas encaminhadas pela coordenadoria da mesma. Sendo assim, as políticas públicas de economia solidária, viabilizadas pela Casa de Economia Solidária de Sant'Ana do Livramento, se inserem no contexto do município como uma alternativa à falta de empregos no mercado tradicional e possuem potencial para desenvolvê-lo social e economicamente, desde que sejam superados os problemas atuais. Para isso, deverá existir uma cooperação entre os principais interessados com a economia solidária. Finalmente, cabe salientar que esta pesquisa apenas introduz a discussão sobre o trabalho da Casa, devendo haver no futuro, após transcorrido mais tempo de trabalho da mesma, novos estudos para investigar sua situação.

## Referências Bibliográficas

ALVES, Fabiano D.; ILHA, Adayr da S.; SARAIVA, Luiz H. B. **Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: o caso da Metade Sul.** 1º Encontro de Economia Gaúcha, 2002. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa\\_3\\_ilha\\_alves\\_saravia.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_3_ilha_alves_saravia.pdf)> Acesso em: 05 de agosto de 2013.

AREND, M.; CÁRIO, S. A. F. **Origens e determinantes do desequilíbrio do Rio Grande do Sul: uma análise a partir da teoria institucional de Douglas North.** Ensaios FEE, v. 26, nº especial., p. 63-94, 2005.

BARBOSA, Rosângela. N. de C. **A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e resignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2007.

BRASIL. **Decreto N° 5.063** de 03 de maio de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5063.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5063.htm)> Acesso em: 16 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 12.095** de 19 de novembro de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12095.htm)> Acesso em: 20 de setembro de 2013.

DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita** – Rio Grande do Sul. Data indisponível. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirs.def>> Acesso em 20 de setembro de 2013.

DENHARDT, Robert. B. **Teorias da Administração Pública.** 6ª Ed. São Paulo. Cengage Learning, 2012.

FEE. **Sant'Ana do Livramento.** Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios\\_detalhe.php?municipio=Santana+do+Livramento](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Santana+do+Livramento) Publicado em 2011. Acesso em: 19 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Perfil Socioeconômico dos Municípios/ Santana do Livramento.** Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santana+do+Livramento>. Acesso em: 26 março de 2014.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas N° 21, Junho de 2000, pág. 211-259. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em 03 de outubro de 2013.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

GOERCK, Caroline. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: Sua Contribuição para a Viabilidade das Experiências Coletivas de Geração de Trabalho e Renda no Rio Grande do Sul.** Tese apresentada como requisito final para obtenção do título de Doutor em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CDAQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.pucrs.br%2Fedipucrs%2FXISalaoIC%2FCiencias\\_Sociais\\_Aplicadas%2FServico\\_Social%2F80371-CAROLINEGOERCK.pdf&ei=VG46UsBIT89gSWmoHgAQ&usg=AFQjCNGof0VVvU\\_BY9Dbx1DMWdzSqZ--3Q&bvm=bv.52288139,d.eWU](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CDAQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.pucrs.br%2Fedipucrs%2FXISalaoIC%2FCiencias_Sociais_Aplicadas%2FServico_Social%2F80371-CAROLINEGOERCK.pdf&ei=VG46UsBIT89gSWmoHgAQ&usg=AFQjCNGof0VVvU_BY9Dbx1DMWdzSqZ--3Q&bvm=bv.52288139,d.eWU) Acesso em: 05 de julho de 2013.

**IBGE. Censo Demográfico 2000.** Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2000/Indicadores\\_Sociais/UFs/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Indicadores_Sociais/UFs/). Publicado em 2000. Acesso em: 19 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Sant'Ana do Livramento Rio Grande do Sul – RS.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431710&search=rio-grande-do-sul|santana-do-livramento#historico> Publicado em 2010a. Acesso em: 19 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431710&search=rio-grande-do-sul|santana-do-livramento#historico> Publicado em 2010b. Acesso em: 19 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Sant'Ana do Livramento.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=431710> Publicado em 2010c. Acesso em 19: de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Evolução Populacional.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431710&search=rio-grande-do-sul|santana-do-livramento#historico> Publicado em 2010d. Acesso em: 19 de setembro de 2013.

LAUTERT, Vladimir. **A dinâmica da concentração geográfica da indústria no Rio Grande do Sul: 1872 a 2000.** Ensaios FEE, Porto Alegre, vol. 26, nº especial, 2005.

LUCENA, Marta G. **Territorialidade de Fronteira:** Uma Contribuição ao Estudo da Questão Fronteiriça Brasil – Uruguai no Contexto do Mercosul. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura, Sociedade, na linha de pesquisa Estudos de Cultura e Mundo Rural. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese\\_Marta\\_Gomes\\_Lucena\\_2011.pdf](http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese_Marta_Gomes_Lucena_2011.pdf) Acesso em 20 de setembro de 2013.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MENDES, Ana M. et al in SILVA, Christian L da S.; LIMA, José E. de S. **Políticas Públicas e indicadores para o Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Aposentadoria por Idade Urbana.** Disponível em: <http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/341>. Acesso em: 25 de março de 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Perfil do município**. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php). Acesso em: 26 de março de 2014.

MONASTERIO, Leonardo. **Capital Social e a Região Sul do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico – UFPR). Curitiba, 2002.

MORAES, Silvana Longo; ALVIM, Augusto Mussi. **As Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: Uma Análise Multidimensional**. 6º Encontro de Economia Gaúcha, 2012, Porto Alegre. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa11/As\\_Desigualdades\\_Regionais\\_no\\_RS.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa11/As_Desigualdades_Regionais_no_RS.pdf) Acesso em: 15 de Setembro de 2013.

PESAVENTO, Sandra J. **História da Indústria Sul-Riograndense**. Guaíba: Riocell, 1985.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.601** de 01 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=180456&inpCodDispositivo=&inpDsKeywords=>> Acesso em: 07 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 50.459** de 3 de julho de 2013. Disponível em: [http://www.sesampe.rs.gov.br/upload/20130723150253dec\\_50459.pdf](http://www.sesampe.rs.gov.br/upload/20130723150253dec_50459.pdf) Acesso em: 17 de setembro de 2013.

SESAMPE. **Perfil SESAMPE**. Publicado em 12 de maio de 2011a. Disponível em: <http://www.sesampe.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=91> Acesso em: 15 de Setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Prioridades Estratégicas & Programas**. Publicado em 12 de maio de 2011b. Disponível em: <http://www.sesampe.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=95> Acesso em 15 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Sesampe inaugura a 1ª Casa de Economia Solidária do RS**. Publicado em 17 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.sesampe.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=2&id=4333> Acesso em: 18 de setembro de 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**. Conceitos, Esquemas de Análise e Casos Práticos. São Paulo. Cengage Learning, 2012.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio V. **Pobreza Rural, Desequilíbrios Regionais e Desenvolvimento Agrário no Rio Grande do Sul**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo – RS, v. 8, nº 15; p. 117 – 149, 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/376.pdf> Acesso em: 03 de Fevereiro de 2014.

SILVA, Mariangela A.; FILHO, Pascoal J. M.; CORONEL, Daniel A. **A Origem e a Evolução Recente das Desigualdades Regionais Entre Coredes (1990-2003)**. 3º Encontro de Economia Gaúcha, 2006, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m01t02.pdf> Acesso em: 10 de Setembro de 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Globalização e Desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

SOUZA, André R.; CUNHA, Gabriela C.; DAKUZAKU Regina. Y. **Uma outra economia é possível:** Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/RS). **Paul Singer inaugura núcleo de Assistência para Empreendimentos Econômicos Solidários. Brasília, 10/03/2009.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/delegacias/rs/paul-singer-inaugura-nucleo-de-assistencia-para-empreendimentos-economicos-solidarios/palavrachave/rs-senaes-paul-singer.htm>>. Acesso em: 14 de setembro de 2013.